CORREIO BRAZILIENSE

Economia mudará em 82

Quem afirma é o ex-ministro Karlos Rischbieter: reformas precisam alcançar estrutura

O ano de 1982 não será tão ruim quanto 1981 em termos de crescimento. Mas talvez seja um ano ainda mais difícil, para a política financeira e para a balança comercial: será antes de mais nada um período de transição. O País conseguiu arrumar as contas externas e inverter a tendência da inflação, mas a condução da economia exige muito cuidado. As reformas que precisam ser feitas deverão alcançar as estruturas econômicas da nação. As afirmativas são do ex-ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter, em entrevista cujo texto publicamos a seguir.

Em declarações recentes, o senhor falou da necessidade de um debate entre a indústria e o governo, com relação à política econômica, e chama a atenção para a gravidade da situação que estamos vivendo e para a dificuldade de saída, se não houver uma aproximação. O senhor alega, inclusive, que as propostas são feitas e imediatamente caracterizadas de irracionais. Ent-ao, como é que o senhor vê a possibilidade desse debate?

Muito mais que um debate, a palavra que usei foi negociação. Eu tenho uma teoria antiga: acho que no Brasil, à medida em que se conduz um processo de abertura, ele deve ser conduzido pela sociedade como um todo e exige, portanto, um pacto - e pacto se negocia... O que me preocupa hoje é a sensação que a gente tem, nos problemas gerais e nos problemas particulares: acompanhando como alguém que olhe de fora, acompanhando pela imprensa, você vê sugestões da Fiesp, sugestões da CNI, sugestões de outros órgãos de classe - e observe-se que isso não se trata da oposição, mas de entidades que são parte de um conjunto, o País econômico, o sistema, o "establishment" - e você vê depois um ministro dizendo que essas propostas são inaceitáveis! Você fica realmente com a impressão de que se está chegando a um ponto em que alguém propõe alguma coisa (e isso é aceito pelo governo), o governo recebe, lê, e depois diz: "Não pode!". Minha preocupação é que você deveria sentar-se à mesa e discutir o problema. Mas eles nem dizem o que propõem nem o que podem aceitar. Contudo, não se trata de um concurso de propostas e aceitações. E, a meu ver, é isso que está acontecendo: está havendo muita proposta e muita negativa, fora os episódios como esse, do BNDE, que é um caso à parte.

O Brasil está em dificuldades. Isso todo mundo reconhece, o governo e a iniciativa privada. Então, o que é que a gente vê? Os empresários dizendo: "Bem a iniciativa privada propõe isto", e o governo respondendo: "Não posso fazer isso!" Ora, como sairemos dessa situação, como é que vamos chegar a acertar o País? Acredito que chegou a hora de negociar, de um lado e do outro. Negociar significa: eu dou isso, você me dá isso...

Essa é a minha preocupação. Nós estamos, certamente, em um ano que considero muito mais difícil do que o ano passado. Acho que 82 pode não ser tão ruim, em termos de crescimento ou de produto; mas é um ano complicadíssimo, de negociação na condução da política econômica. Por isso, acho que chegou o momento de sentar enegociar.

O senhor diz que 82 será um ano difícil. O senhor acredita que a política econômica que vem sendo seguida já se esgotou, que ela não conseguirá mais produzir efeitos, ou que realmente já partiu de uma premissa errada? O senhor diz que do ponto de vista do crescimento econômico não deverá ser um ano tão ruim, inclusive porque o ano passado foi ruim demais. Como é que o senhor vê então, mais especificamente, essa questão?

Arquivo/CB

Rischbieter

Vamos ficar um pouco no campo econômico, que estamos discutindo: nem o Brasil como um todo, nem a parte social, nem a parte política. No plano econômico, no segundo semestre de 80, o Brasil teve uma situação extremamente séria nas contas externas. Foi quando o governo mudou a política, abandonou a prefixação, abandonou a camisa de força e voltou a uma política mais próxima da economia de mercado. O ano de 81 deu resultado nas contas externas. Nossas exportações subiram — as contas externas têm uma parte inicial da conta real que é a coisa mais importante: a balança comercial. Nas exportações e importações, 81 foi um ano bom, no saldo da balança comercial; mais, muito mais, pela contenção das importações do que pela expansão ou crescimento das exportações. Então, chegou-se ao final de 81 com uma relativa folga no relacionamento com os credores externos, os banqueiros externos. Conseguiu-se tomar fôlego. Para 82 o governo estabeleceu uma meta: superávit de US$ 3 bilhões na balança comercial. Mas, voltando ainda a 81, esse foi um ano que na parte interna, na condução da política monetária, financeira, econômica interna, o governo usou de todos os instrumentos conhecidos na política econômica para provocar uma recessão. Provocou-se a recessão mais séria da história econômica do Brasil, com o desemprego e tudo o mais e usou-se na política monetária o instrumento do open market para aumentar a dívida interna de modo brutal. Isto é, enxugou-se o mercado. O governo não deixou expandir os meios de pagamentos, foi ao mercado pagando taxas altas e enxugou-o. Então, entramos em 82 e encontramos na parte externa uma situação internacional complicadíssima. Na mesma ordem de recessão encontram-se os EUA.

O ano de 82 é talvez mais difícil do ponto de vista da balança comercial. E aí vem o problema que não tínhamos no ano passado: esgotaram-se os instrumentos de política monetária interna; o governo não pode simplesmente ir ao mercado e de novo aumentar brutalmente a dívida interna. Isso não existe. Daí, a grande dificuldade, é o ano de transição. Provocou-se uma recessão, conseguiu-se arrumar as contas externas, inverteu-se a tendência da inflação crescente, e agora chegou-se a um ponto extremamente difícil: é o ano em que a condução da política tem que ser feita com muito cuidado. Eu comparo isso a uma sintonia fina. Você tem um rádio sofisticado e começa a mexer num botão, e agora tem que acertar para ter a coisa melhor; cuidado, é preciso mexer um pouco à esquerda ou à direita. E o diabo é que esses botões não existem, não há sintonia fina. Você só tem aquele troço que muda de soco nesse sentido: precisando de auxílio monetário, aumenta a aplicação dos fundos de pensão de 10% para 30% nos papéis do governo — é uma dessas viradas de botão, para tentar segurar. Então, que fazer? Além de tudo — para sair do campo econômico — o ano será ano de eleições...

Tradicionalmente, em qualquer país do mundo, não é fácil seguir uma linha num ano desses, porque há pressões extra-econômicas, extranormais. Então, é um ano de dificuldades, em que o próprio governo precisa buscar apoio. E buscar apoio onde? No sistema econômico da Nação. Eu aí vejo, e isso me preocupa, que se tomam decisões e se cria um ambiente que daqui a pouco se poderá dizer irracional. O empresário, as associações, os grupos de empresários dizem: "Bom, não vale mais a pena propor nada, discutir nada!". Chega-se a um impasse no relacionamento. É essa a minha ordem de raciocínio: que estejamos chegando a um ponto em que em pouco tempo se partirá para a irracionalidade. Não se faz proposta porque não adianta: "Estou propondo, propondo, e o governo só diz não..." De repente, o governo toma uma medida que ninguém estava querendo, ninguém estava negociando, ninguém estava propondo; por quê? Para resolver negociando, ninguém estava propondo; por quê? Para resolver um problema dele, governo, sem tomar em conta um setor que já se rebelou publicamente, que é o setor todo ligado ao mercado de ações. E essas coisas podem repetir-se, o que não é bom. Obviamente, esse meu alerta não foi propriamente um alerta aos empresários, e sim ao governo.

Vamos pensar nesse tipo de pacto. Sentarão à mesa o governo e empresários, inclusive financeiros, os banqueiros. Isso implicaria, necessariamente, em uma moratória interna? Essa parece que foi uma das coisas levantadas já há dois anos: uma forma de reunir banqueiros, agricultores, industriais, comerciais etc., e alguém ter que pagar essa conta, pelo menos pagar em termos de tempo. Se não houver uma...

..úma trégua. Alguém tem que pagar a conta, claro. Dentro disso tudo, há o problema do sistema financeiro brasileiro. Por um lado, há lucros confessadamente exagerados para qualquer atividade, mas com banqueiros preocupados, porque é lucro-papel. Se você diz que certa empresa tem um crédito e que deve de juros, tanto, eu pergunto: será que ela vai pagar? Porque há o perigo de matar a galinha dos ovos de ouro... O banqueiro pecisa de cliente, e quem é que pode pagar 30%, 40% de juros reais? Qual é a atividade econômica produtiva oue permite isso? E aí a mesma coisa acontece com os banqueiros: eles não se sentam à mesa. E vem então uma coisa perigosa, que também não é boa para o País: jogar uma faixa do setor empresarial, digamos a indústria, contra o empresário financeiro. Há incompreensão. É claro que quem quiser resolver, resolve. A proposta seria: "Bem, então nós deixamos que a empresa abata em dobro o Imposto de Renda". Mas para ter recursos, perante a perda do Imposto de Renda, o governo precisa tirar, então, dos bancos. É uma solução que parece um pouco estranha... Na verdade, se se tributam os bancos, o que pode acontecer é que os juros vão subir, e não descer.

O senhor fala na necessidade de uma sintonia fina, e chama a atenção para os perigos dessa situação que estamos vivendo. Eu lhe faria uma pergunta: o senhor acredita que se trata apenas de pequenos acertos, acertos muito delicados, ou há mesmo uma questão de definir melhor as linhas de atuação da política econômica?

São dois problemas. Um é que você tem que conduzir a política com muita competência e ajustes diários, semanais; mas não acredito que consigamos sair dos nossos problemas sem reformas estruturais, tributárias, no sistema financeiro, um monte delas. Veja uma coisa que já entra um pouco na indústria automobilística. No ano passado fiz uma viagem à Suécia, pela Volvo. Quando a Volvo apresentou seu projeto ao governo, de implantar uma fábrica no Brasil, ela fez uma avaliação: implanta-se a fábrica, compram-se peças no mercado brasileiro e importam-se algumas peças que não são fabricadas aqui; peças importadas com tarifa total, considerando Befiex ou não. Produzia-se o caminhão aqui a um custo superior em cerca de 20% ao de lá, na fase de cinco anos. Nisso, as peças compradas no Brasil teriam um valor, digamos, 35% maior do que as peças de lá de fora, pelo próprio perfil da indústria de autopeças do Brasil. Bem, chegamos lá, eles mostraram os números, e eu fiquei apavorado. Daquilo até resultou uma reunião que fizemos aqui em novembro, com o Sindipeças e com 86 empresas fornecedoras da Volvo. Nós apresentamos um trabalho — publicado na íntegra pela "Gazeta Mercantil" — que dizia: você pega a empresa que faz o caminhão N-10 na Suécia; ela compra mais peças no estrangeiro do que nós compramos aqui — o N-10 de lá é menos sueco do que o nosso N-10 é brasileiro. O que eles compram lá é preço 100, o conjunto do preço das peças. Nós em Curitiba, compramos essas peças, no mercado nacional, a 190 — elas custam 90% a mais! Acho que isso é um problema de estrutura do Brasil. Quando inventamos o Befiex foi uma boa coisa, faz 10 anos agora: a idéia era ter saldo em divisas — de que o Brasil sempre precisa — e depois ter um período de adaptação para que a indústria nacional virasse competitiva. Em outras palavras: eu te dou uma "colher de chá" por 10 anos (IPI, ICM, etc) para você crescer. Ao cabo desses 10 anos você vai viver sozinho, não te dou mais nada; você vai competir com os outros no mercado internacional. O que estamos vendo? Que você tem que renegociar os contratos que eram previstos para 10 anos. Que é que vai acontecer? Daqui a 10 anos vamos ter que tornar a renegociar todos os contratos... E nesse sistema não vamos ser suficientes nunca! Sempre vamos precisar da bengala do subsídio. Ora, o subsídio que o governo brasileiro está dando, seja em termos fiscais, seja em termos financeiros, custa muito para a Nação. E hoje, quando se exporta um veículo automotor, o contribuinte paga ou via impostos ou via inflação. Os impostos que ele paga ou a inflação que o governo é obrigado a fazer, por causa dos subsídios. Ele sempre paga uma parte.

Todos nós estamos ajudando, para que o veículo seja exportado. Não só veículo, também sapato e tudo mais. E não vejo como estamos sendo mais eficientes. Se o Brasil quer entrar no mercado mundial, um dia tem que abrir, tem que deixar que as coisas venham. Ele quer exportar e o sujeito lá fora quer vender. Então, é outro ponto que acho que, estruturalmente, devemos discutir. Não adianta dizer: "Eu preciso exportar, a Cacex tem que me dar mais dinheiro". O problema não é deste ano, nem do ano que vem: é estrutural. O Brasil é hoje um país competitivo, internacionalmente, ou não? Eu acho que não...

Acho realmente que o Brasil deve fazer um esforço brutal de eficiência produtiva, em todos os campos. Na agricultura, é uma desgraça a nossa produtividade, comparada com a de outros países. Há no País o problema estrutural básico da produtividade, tanto na agricultura como no campo industrial. Uma recessão deveria, a rigor, fazer o sistema ficar mais produtivo. Quando o empresário ganha muito, tanto faz, não é? Ele está ganhando... Mas se começa a ganhar menos, põe-se a se preocupar com a eficiência da empresa, com a produtividade, a lucratividade. E eu sempre lembro de algumas conversas que tive com o Martinez de Hoz, na Argentina. Ele tinha essa idéia. Estruturalmente, principalmente no setor industrial, a Argentina era totalmente ineficiente. Havia não sei quantas fábricas de automóveis, de geladeiras e tudo mais; então, era uma escala muito pequena. É o Martinez dizia: não dá, esse setor industrial da Argentina é uma porcaria, vou acabar com ele. E tinha a mesma tese estática de dizer: vou abrir a fronteira, deixar entrar a concorrência de fora, e os caras que se virem, vão ficar eficientes para sobreviver. E eu dizia ao Martinez: "Olha, falta uma coisa, falta um BNDE para você, porque sozinho isso não acontece mais. Tem que haver tempo, esse negócio exige um período de uma geração, talvez. Você vai ficar no governo 5 anos, não dá: você vai acabar com a indústria e não vai pôr nada no lugar dela...".

É o que está acontecendo. A Argentina está perdendo o setor industrial, e não está pondo nada eficiente no seu lugar. É o que está acontecendo com a Inglaterra, também, no fundo: Mrs. Thatcher vai acabar com toda a indústria inglesa. Então, não é esse o problema. É loucura querer fazer uma economia de mercado pura, com remédio monetarista, num país que não tem estrutura, isso não existe. Agora, você tem que tender para isso, mas você tem que ir com calma. Não é tanto sintonia fina, já são decisões de política geral. Eu acho que o Brasil teve isso durante algum tempo, e formou uma equipe de tecnocratas que entendiam da política geral do Brasil. Houve a polít ica de substituição das importações, muito clara, havia linhas claras de política. Hoje, não há mais isso. A rigor, não se sabe bem o que se quer do País. O que queremos? Já exportamos tanto, nossos manufaturados já ultrapassaram os produtos primários e tudo mais. O modelo da substituição das importações se esgotou e não há outro no seu lugar. Acrescem as dificuldades todas. Então, o País está sem uma política. Quem de nós sabe qual é a política econômica do Brasil? Política externa? É exportar a qualquer preço! Essa é a política; e a qualquer mercado. Daí, vai-se vender a um país para o qual ninguém mais vende, porque ele vai à falência — e o Brasil vende. Então, ficamos muito felizes por vender um bilhão de dólares para um país que não vai pagar... Enfim estamos numa camisa-de-força em que há muito pouca mobilidade para quem está fazendo a política. Se essa política não está clara no seu horizonte, e se não houver ajuda de quem está no processo produtivo, então fica um negócio estranho, e não vejo saída.

O senhor citou os casos da Argentina e da Inglaterra apenas como espantalhos teóricos ou o senhor acredita que esse tipo de situação, criado pela política econômica do governo, possa levar-nos ao chamado pântano...?

Lembro que no ano passado eu vim aqui na Fiesp algumas vezes, naquela época dramática de agosto, setembro, com desemprego violento, e nós sentávamos aqui e discutíamos: bom, quando é que vão começar as greves, os quebra-quebras, em São Paulo? A gente esperava que em setembro, outubro e novembro fosse dar quebra-quebra. Depois, não aconteceu. Eu perguntei: que é que aconteceu com esse pessoal todo que foi demitido? Então, contaram-me histórias engraçadas: o pessoal pegou o fundo de garantia, mais o dinheiro da demissão, e abriu um bar.. Com isso, transformou-se o operário produtivo e tocou-se tudo no setor de serviços. Lembro que um amigo me disse: "Este País vai ficar formidável: todo mundo vai abrir bar, e não vai acontecer nada; porque um vai tomar sua cachaça, outro vai comer seu pastel, vai ser um país feliz. Não precisamos de indústria, nada disso..."

Pois apesar de tudo a Argentina virou um país velho. Quantas vezes, indo a Buenos Aires, se tem a sensação de outro mundo. Saindo de São Paulo para ir a Buenos Aires, se tem a impressão de que São Paulo é uma cidade moderna, para a frente, investindo, cheia de carro novo, aquele negócio todo, enquanto a Argentina é um negócio do século passado, tem carro velho andando devagar, e tal. Então, meu medo é que o Brasil ultrapasse o estágio do progresso, caia e fique velho. Pegue um táxi no Rio de Janeiro: por fora ele ainda está pintado, mas você entra e o assento está podre, etc. As coisas vão ficando velhas, se não se fazem mais investimentos. É o que está acontecendo. O Banco Central ainda confirmou, no ano passado, que a taxa de investimentos caiu. Se não se investe...

O senhor foi ministro no tempo anterior à atual administração da Fiesp. O senhor concorda com que a Fiesp e a própria CNI, hoje, ocupam um espaço maior?

Claro, sem dúvida nenhuma! O que preocupa é que se está vendo os empresários desistirem. O próprio Cláudio Bardella me disse que conseguiu conquistar espaço, e o empresariado tem que ir junto com a abertura política para conquistar seu espaço, imediatamente. E nisto o Olavo tem razão. Acho que o processo político vai permitir que se faça uma abertura econômica.

O senhor acha que o empresariado tem que tomar posição política agora, no dia 15?

Não, aí eu discordo, e já disse ao Setúbal. O empresário não precisa fazer parte de um partido político.

E ele, para se fazer ouvir, através de suas entidades, não tem que tomar parte na política?

O empresário não vai, evidentemente, engajar-se num partido político que queira o fim do empresário. Por exemplo, o Partido Comunista assumiu o compromisso de acabar com todas as empresas. O empresário não vai entrar no Partido Comunista... Mas nos outros partidos ele pode.